

ESCUITA E DIMENSÃO SONORA NA EXPERIÊNCIA TERRITORIAL

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16050>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 17/8/2024

Carolina Bee Araujo¹

Paulo Rogério Lopes²

RESUMO

Este artigo apresenta e discute o aspecto sensorial e afetivo na relação com o território, aprofundando-se na experiência da escuta e dos ambientes sonoros. Compreendemos que o cuidado com a escuta e demais experiências sensoriais dos indivíduos conecta-se positivamente ao sentimento de pertencimento, revela conhecimentos territoriais e influencia na qualidade de vida humana, assim como na qualidade ambiental dos ecossistemas circundantes. O tema insere-se na lacuna reproduzida pelo fazer científico moderno: a insistência em boicotar o corpo e seus sentidos na produção de conhecimentos; ignorando a potência desse aspecto na experiência tanto do investigador quanto do mundo investigado. O artigo tem como objetivo apresentar e discutir abordagens sensoriais e afetivas como bases teóricas e ferramentas de diagnóstico, análise e avaliação vinculadas aos procedimentos metodológicos de estudos e ações no contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável, levando em conta uma aproximação mais sensível e criativa com os indivíduos e experiências de um território. O texto inicia-se com uma base teórica fundamentadora, chamando a atenção para as subjetividades da experiência corporal e cognitiva na construção de territórios e, na sequência, aborda aspectos relevantes do estudo do som e da escuta que integram um panorama do assunto; por fim, discute potenciais contribuições do tema para a abordagem territorial do desenvolvimento. Acreditamos que os estudos da escuta e ambiente sonoro podem participar do reconhecimento e análise de realidades territoriais, a fim de prospectar possibilidades inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial, bem como promover experiências educadoras e sensibilizadoras.

Palavras-chave: território; percepção; ecologia acústica; escuta profunda; paisagem sonora.

LISTENING AND THE SOUND DIMENSION IN THE TERRITORIAL EXPERIENCE

ABSTRACT

This article presents and discusses the sensory and affective aspect of the relationship with the territory, delving into the experience of listening and sound environments. We understand that caring about listening and other individuals' sensory experiences is positively connected to the feeling of belonging, that it reveals territorial knowledge and influences the quality of human life, as well as the environmental quality of the surrounding ecosystems. The theme fits into the gap that is reproduced by modern scientific practice: the insistence on boycotting the body and its senses in the production of knowledge; ignoring the power of this aspect in the experience of both the researcher and the world under investigation. The article aims to present and discuss the sensory and affective approaches as theoretical bases and diagnostic, analysis and evaluation tools linked to the methodological procedures of studies and actions in the context of Sustainable Territorial Development, taking into account a more sensitive and creative approach to the individuals and experiences of a territory. The text begins with a theoretical foundation, drawing attention to the subjectivities of bodily and cognitive experience in the construction of territories, and then addresses relevant aspects of the study of sound and listening that form an overview of the subject; finally, it discusses potential contributions to the territorial approach to development. We believe that listening and sound environment studies can participate in the recognition and analysis of territorial realities, in order to prospect innovative and sustainable possibilities for territorial development, as well as promoting educational and sensitizing experiences.

Keywords: territory; perception; acoustic ecology; deep listening; soundscape.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, Matinhos/PR, Brasil. <https://orcid.org/0009-0009-7526-9286>

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Matinhos/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3053-0622>

INTRODUÇÃO

Para dar corpo a uma abordagem territorial do desenvolvimento (Dallabrida, 2022), é demandado que se reúna um conjunto de bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que favoreçam a investigação da complexidade e multidimensionalidade presentes nas experiências e recursos em um território. Faz-se necessário conceber instrumentos de pesquisa que se combinem para evidenciar aspectos territoriais, colocando em perspectiva a diversidade de seu patrimônio territorial (Dallabrida, 2020) material e imaterial. Por meio desse levantamento, busca-se tanto valorizar o aspecto de identidade territorial quanto reconhecer ativos e recursos do território que possam servir a projetos de desenvolvimento territorial, inovadores e sustentáveis (Dallabrida, 2020). Para o investigador, além do exercício do diagnóstico, o desafio paralelo que se revela está em aprender a atuar como um potencializador territorial para a sustentabilidade no decorrer da sua investigação. Assim, metodologias e ferramentas adequadas também podem potencializar novos diálogos e reflexões no território investigado. Mais do que ferramentas de coletas de dados, estas podem ser potencialmente educativas e sensibilizadoras, contribuindo ativamente para a transformação positiva da realidade.

Santos (2019) chama a atenção para a necessidade de se voltar à diversidade do mundo em relação aos saberes, experiências e culturas, que têm sido historicamente desconsideradas e suprimidas por uma forma de entender conhecimento pautada nos modelos epistemológicos da ciência moderna. Ele aposta nas Epistemologias do Sul para encontrar soluções territoriais e compreende ser fundamental lembrar que as sensibilidades do corpo e os afetos são parte irrevogável do ato de conhecer. Levando em conta a multidimensionalidade da experiência em um território e das subjetividades do sujeito que dele fazem parte, pode-se compreender a importância de proposições que explorem a diversidade de aspectos da experiência humana, e pode-se começar a vislumbrar qual a importância de explorar as potências dos sentidos físicos na criação de percepções e experiências (Tuan, 1980).

O objetivo deste artigo é abordar a importância da experiência sensorial, afetiva e subjetiva na produção de conhecimento, para contribuição à abordagem territorial do desenvolvimento. O foco mais específico é o aspecto da escuta e da dimensão sonora, que podem ser ferramentas no reconhecimento das dinâmicas territoriais. O artigo é um ensaio teórico produzido a partir de uma pesquisa de Mestrado que envolve também a experimentação prática do tema. O texto começa com três primeiras partes, que fazem uma apresentação teórica para uma contextualização mais ampla na proposta deste trabalho: “Percepção, atitudes e valores na experiência de lugar”; “O corpo na produção de conhecimento: a importância de ativar os sentidos” e “A escuta profunda e o papel do investigador”, com base em Tuan (1980, 1983) e Santos (2019). Em seguida, o texto apresenta outro conjunto de mais seis partes que discorrem sobre bases e diretrizes conceituais do estudo da dimensão sonora: “paisagem sonora”; “ecologia acústica”; “paisagem sonora de alta fidelidade, de baixa fidelidade e esquizofonia”; “sons fundamentais, sinais sonoros e marcas sonoras” e “disposições da escuta”. Este segundo conjunto dedica-se a aprofundar aspectos da discussão sobre a escuta e a dimensão sonora da experiência, principalmente a partir dos estudos de Schafer (2001, 2011, 2019), Westerkamp (2002), Truax (1984), Fonterrada (2004) e Krause (2013). Ao longo do texto buscamos trazer reflexões e contribuições desta área do conhecimento, que desenvolvemos melhor na última seção intitulada “A escuta e a abordagem territorial do desenvolvimento”.

A visão e a experiência desses músicos, educadores e pesquisadores fundamentam a perspectiva de que a materialidade da música, som, ruído e silêncio, também constituem diversos contextos da realidade humana e não humana. Além disso, projetam, nesta visão, um sentido mais abrangente que diz respeito não somente aos cuidados com a preservação do mundo sonoro em que vivemos, mas também a toda uma potencialidade humana, do ponto de visto cognitivo e afetivo, que deve estar alerta para as possíveis transformações socioambientais. A dimensão sonora do mundo revela acontecimentos, anuncia presenças, manifesta relações no tempo e no espaço, provoca sensações, fornece informações e deixa pistas que só uma escuta atenta pode captar e aproveitar, apreciando as sutilezas de suas dinâmicas. A experiência simbólica com o universo sonoro e musical origina-se nos primórdios da humanidade, ocupando papel importante no âmbito de experiências e crenças espirituais, na socialização e na comunicação (Fonterrada, 2004).

Trata-se de um tema germinal no contexto do desenvolvimento territorial, mas muito instigador, bastante interdisciplinar e que está profundamente conectado com a vivência dos sujeitos ouvintes, com a percepção socioambiental, o senso de pertencimento, a identidade, os saberes locais, os sentimentos e as memórias. Acreditamos que se constitui um enfoque enriquecedor de pesquisas, debates e projetos tendo em vista a Abordagem Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável, podendo desdobrar-se em contribuições principalmente nas dimensões cultural, natural e humana do patrimônio territorial (Dallabrida, 2022).

REFERENCIAL TEÓRICO

Percepção, atitudes e valores na experiência de lugar

O pesquisador Yi-fu Tuan foi um fundador da geografia humanista ao voltar sua atenção para aspectos da experiência perceptiva e subjetiva humana na delimitação de seus territórios (Risso, 2014). Tuan (1980) argumenta que sem a compreensão de que somos seres vivendo subjetivamente a relação com o lugar, torna-se frágil a busca por soluções duradouras para problemas ambientais, sociais, políticos e de outras expressões, pois estes são, fundamentalmente, problemas humanos. Assim, ele aprofunda o olhar sobre dimensões mais básicas na experiência e motivação humana: percepções, valores e atitudes. Nessa perspectiva, o conceito de lugar abarca a experiência individual, que é resultado da apreciação do indivíduo ao longo de sua vivência no espaço. Por sua vez, o conceito de experiência envolve o resultado criativo da interação do indivíduo com o meio, é o aprendizado que ocorre por meio de um complexo de percepções, sensações, emoções e concepções (Tuan, 1983).

Em seu livro *Topofilia* (1980), Tuan dedicou-se a reunir conceitos para descrever os meios sensoriais e cognitivos pelos quais o mundo externo é captado e significado, traçando um plano de conexões entre percepção e representação espacial, as culturas e as relações sociais. Tais meios constituem filtros tanto individuais quanto coletivos, o que assegura que a experiência e descrição de mundo seja compartilhada em percepções comuns e, ao mesmo tempo, que tal consenso seja permeado de elementos singulares, dissonantes e individuais. Seu objetivo foi o de fornecer uma referência coesa e um ponto de partida para se fundamentar análises nos mais diversos contextos acerca da relação dos indivíduos com seus ambientes. Trata-se de um estudo geral sobre as bases em comum dos seres humanos na percepção e valoração do ambiente

físico e também sobre como pode ser tão individual a experiência com o lugar. Desta forma, a intenção de Tuan (1980) foi contribuir para um estudo do território mais humano na Geografia, chamando a atenção para o aspecto da sensibilidade, do afeto e da singularidade na experiência ambiental, estimulando, por consequência, o afloramento do subjetivo nos mapeamentos que o pesquisador faz dos territórios.

Algumas definições esclarecem como o autor encara os principais conceitos do tema geral de seu trabalho: define *topofilia* como sendo “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980, p. 5); a *percepção* sendo “tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, nas quais certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados” (1980, p. 4); e a atitude sendo “primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências” (1980, p. 4);

Tuan aponta a necessidade de sensibilizar-se para o laço afetivo que os indivíduos e grupos criam com o espaço, o sentido de “lar” nos lugares que os sujeitos experienciam por meio da vivência imersiva. Este tipo de sensibilidade é requisitada ao pesquisador que aventura-se em territórios dos mais diversos, para escutar e considerar as pessoas (Risso, 2014). Lembrando também que o pesquisador está criando sua experiência de mundo, por meios não apenas racionais, mas afetivos, perceptivos, sensoriais, e sua experiência não pode ser anulada em troca de dados puros (Padua, 2013).

Sua abordagem tem como herança a compreensão epistemológica da Fenomenologia, na qual não existe um mundo objetivo desvinculado da existência e subjetividade humana. O conhecimento surge desse enredamento, gerando experiência em um mundo *vivido* (Merleau-Ponty, 1999, p. 1). Sob o olhar fenomenológico, a análise da realidade se dá de forma descritiva, e não explicativa. Esta epistemologia contrapõe-se à separatividade entre sujeito e objeto idealizada pela ciência pragmatista do século 18 (Padua, 2013), pela qual pressupõe-se ser possível isolar variáveis externas e objetivas, explicando-as imparcialmente a partir de um olhar neutro. Apesar de não se restringir ao procedimento metodológico fenomenológico, utilizando-se concomitante, por exemplo, do estruturalismo de Lèvi-Strauss e do existencialismo sartriano (Padua, 2013), Tuan busca resgatar o papel da consciência humana no conhecimento e na experiência, dentro do estudo do território. Nesta perspectiva, o pesquisador deve buscar agir sem pressuposições e abrir-se para estudar como o território é estruturado e vivido subjetivamente pelos indivíduos.

Um lugar é delineado nas relações estabelecidas por indivíduos. Os indivíduos agem e interagem a partir de valores, e estes são gerados em um fluxo constante entre pensamentos, emoções, sensações e informações captadas pelos sentidos físicos que se voltam para o entorno. Toda formulação racional, ética, estética, imaginária, afetiva, toda realidade cultural e social do ser humano está em constante dinâmica com a experiência corporal, com o meio ambiente constituindo um estímulo sensorial contínuo para o universo interior. Por isso, um referencial teórico metodológico que valorize as percepções e os sentires humanos, que possibilitem o registro das percepções, atitudes e experiências, é elementar nos diagnósticos socioambientais participativos, uma vez que tal referencial amplia possibilidades de conscientização, sistematização e problematização das realidades locais territoriais, imprescindíveis às tomadas de decisão, construção de projetos, programas e planos de desenvolvimento territorial.

O corpo na produção de conhecimento: a importância de ativar os sentidos

Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *“O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul”* (2019), reserva o capítulo *“A experiência profunda dos sentidos”* para colocar em discussão o conhecimento corporizado. Que tipo de conhecimento é esse? Não se trata de um conhecimento específico, mas de um aspecto essencial do conhecer que foi desconsiderado pelo que Santos chama de epistemologias do Norte: filosofias, teorias e metodologias que embasam a ciência moderna cartesiana. Nestas epistemologias, o conhecimento é validado apenas pela razão, só ela é confiável. A experiência dos corpos individuais-coletivos, dos sentidos e das emoções é relegada ao obscurantismo na produção de conhecimento. Para a ciência moderna, o corpo e seu complexo de influências na experiência apresenta-se apenas como um veículo inevitável que se tem para carregar o intelecto, este sim, considerado válido como produtor de conhecimento.

Para reconhecer perspectivas reais de transformações, no entanto, visando a um desenvolvimento humano sustentável socialmente e ecologicamente, é preciso desafiar essa lógica tão naturalizada que divide o corpo da mente, descredibilizando um em detrimento de outro. Resgatar a lembrança e a potência do corpo na experiência e incluí-lo criativamente no fazer científico. Conhecer é uma atividade que engaja os cinco sentidos, quando não um sexto também. É uma atividade corpórea, que envolve sensações, emoções, percepções, intuições; envolve um todo humano e não apenas o aspecto racional. Santos (2019) sugere que existem questões em relação ao corpo sensorial na produção de conhecimento e nas lutas sociais das epistemologias do Sul, que ainda mal foram identificadas. As epistemologias do Sul, que Santos toma como contraponto à ciência reducionista moderna, “referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (Santos, 2019, p. 17).

Voltando ao trabalho de Tuan (1980), ao avançarmos no estudo da percepção, compreendemos que a captação multissensorial do mundo externo não acontece sem os filtros culturais que selecionam as informações recebidas, destacando umas, bloqueando outras da consciência, e atribuindo-lhes significados variados. Além dos filtros e direcionamentos culturais, muito do que percebemos também tem valor para a sobrevivência biológica. Tais direcionamentos da percepção são compreendidos como atitudes, que variam entre indivíduos e grupos. Diferentes grupos e sociedades relacionam-se e se apropriam da natureza de formas próprias, influenciados pela cultura, mesmo em condições geográficas similares.

Tuan (1980) menciona a percepção como um estender-se para o mundo, no entanto esta atividade exige movimento para ser eficaz. Por exemplo: reconheceremos melhor a textura de uma superfície, se além de tocá-la com nossos dedos, nos movimentarmos sobre ela. Podemos pousar nosso olhar em um ambiente, mas só encontraremos um objeto perdido nele se o procurarmos perscrutando a vista nos seus detalhes. Nessa lógica, podemos ter olhos e não ver, ter ouvidos e não ouvir, conforme o direcionamento da atenção e como nos movimentamos, dependendo das atitudes que operam com nossos órgãos sensoriais. Tuan (1980) explica que o direcionamento da exploração sensorial deixa de ser livre a partir de uma idade na criança e passa progressivamente a ser mais dirigida por valores culturais. Levando esta dinâmica em conta, além da diversidade de atitudes no contato com o meio ambiente, diferem a capacidade real dos sentidos entre indivíduos e entre culturas.

Nesse ponto, Santos (2019) atribui a maior parte das dificuldades de organização de lutas contra grupos sociais dominantes à diversidade e desigualdade que os corpos e seus sentidos físicos podem ter. Isso porque a estranheza que pode provocar uma forma completamente distinta do outro de experienciar a visão, a audição, o olfato, o paladar ou o tato, pode obscurecer a desigualdade em comum que há de poder dos sentidos. Nesse caso, a diversidade experiencial dos sentidos pode fazer um grupo dominado “ver” outro grupo dominado como sendo um grupo dominador, neutralizando uma possível convergência de interesses. Santos argumenta que esse efeito é conhecido dos grupos dominadores, de forma que estes promovem a diversidade se ela ajudar a ocultar, dificultar ou impossibilitar alianças entre grupos que lutam contra a dominação. Diante disso, o autor localiza então a importância de se encarnar a produção de conhecimento em corpos e sentidos, para ser possível concretizar as transformações sociais. Assim, o autor convida o investigador a comprometer-se com a ativação e ampliação do poder dos sentidos – do poder de experienciar e de conhecer.

Nadja Hermann (2005) discute filosoficamente a relação entre ética e estética, concluindo que as definições estéticas são decisivas no julgamento moral e, por isso, possíveis redefinições estéticas dispõem de poder para que os princípios éticos sejam revistos pelo filtro da sensibilidade e não por um rígido molde racional. Essas redefinições são necessárias para que os princípios éticos possam se expressar de acordo com a pluralidade, contextos e historicidade da realidade, encontrando um equilíbrio entre os exageros da moralidade e racionalidade abstrata e um esteticismo superficial.

A escuta profunda e o papel do investigador

Há uma diferença entre ouvir e escutar. Santos (2019), em seu livro, inicia o tema “escuta profunda” diferenciando estas duas ações-intenções. Ouvir corresponde ao uso funcional do ouvido. Ouve-se sem a intenção de se conectar com o que se está captando. Ouve-se por um automatismo de um sentido físico e por uma demanda internalizada de ouvir o professor, os pais, etc. Já a escuta parte da vontade, acontece em uma intenção de conexão com o que se está conhecendo (Tomatis, 2005 *apud* Santos, 2019), envolvendo-se ativamente e intencionalmente com o que os ouvidos e sentidos estão acessando. No modo de funcionamento conhecido da cultura ocidental, como na educação escolar, nem mesmo o ouvir é privilegiado em comparação ao ato de falar e escrever (Santos, 2019), e não é privilegiado em comparação ao ato de olhar. Tuan (1980) comenta que na sociedade moderna tende-se a confiar mais na visão. Se nem mesmo ouvir ganha destaque, que dirá o escutar.

Santos (2019) diferencia também o investigador abissal, que reforça exclusões de povos e culturas, e que ouve com a intenção de extrair dados que corroborem seus objetivos, e o investigador pós-abissal, que se dedica a aprender a escutar em seu investigar. O investigador que Santos chama de abissal ou extrativista é pautado na ciência moderna, baseia-se em “conhecer-sobre”, e está sempre ouvindo a ele mesmo e seus pressupostos, tentando isolar os sons externos. Quando ele volta seus ouvidos para os externos, não o faz com abertura de escuta, mas tentando extrair em menos tempo o máximo de dados que considera relevante. É um ouvir controlado, com a intenção de excluir o que não se considera relevante e excluir da análise o efeito de sua escuta. O investigador pós-abissal, por sua vez, tem seus ouvidos subalternos. São subalternos pois não controlam “as sequências e os ritmos dos sons e dos

silêncios” (Santos, 2019, p. 311), posto que não estão em busca de extrair apenas os dados que consideram relevantes, mas estão exercendo a escuta profunda.

A escuta profunda implica proximidade, implica o interesse em compreender o outro e aprender com o outro, por isso está pautada em “conhecer-com” e não “conhecer-sobre”. Envolve não apenas o que é falado, mas o que é murmurado, o que não é dito, envolve palavras escritas, gesticulações, sons não humanos. Envolve reconhecer os silêncios que antecedem e seguem o som, respeitando sua existência, e não a eliminando. Ela exige do investigador um auto-silenciamento profundo. Esse auto-silenciamento não é excluir-se da investigação enquanto ser subjetivo, não é o falsear a ausência de influência do investigador, mas suspender as necessidades de interpretação e condução da troca, para estar aberto e viver a multiplicidade das vozes audíveis, mas também as inaudíveis, abafadas pelas exclusões abissais (Santos, 2019).

Além do som inaudível, cuja ausência pode disfarçar sentidos indiscretos e incômodos das realidades investigadas, Santos classifica o que chama de som ininteligível, constituindo este um aspecto complexo da investigação. O autor exemplifica que “um som não humano pode ouvir-se como um som humano, e vice-versa; um som do passado pode ouvir-se como um som do presente, ou até do futuro, e vice-versa” (Santos, 2019, p. 311). Nessa tradução intercultural, na transmissão do som pela língua ou código, reside a ininteligibilidade, posicionada perante o ouvinte, como uma presença que não pode ser controlada (Santos, 2019).

Ao descrever o investigador pós-abissal, Santos (2019) ressalta o que considera dois compromissos que se deve buscar assumir em relação aos sentidos na produção de conhecimento:

Primeiro, o investigador deve considerar que poderá estar perante corpos desiguais e que, se não for controlada, a desigualdade dos sentidos pode boicotar a sua investigação e o seu papel na luta. Segundo, a investigação deve ser convertida numa pedagogia para a libertação dos sentidos; as transcrições que produzem passividade têm de ser questionadas a fim de criar espaço para transcrições alternativas. Esse duplo compromisso permite ao investigador pós-abissal contribuir para transformar corpos-vítimas em corpos-resistentes, sem que nesse processo se tornem corpos-vítimas do investigador (p. 296).

O primeiro compromisso mencionado por Santos pede que o investigador esteja atento às desigualdades e dificuldades dos sentidos, às dificuldades de apropriação dos indivíduos e comunidades da potência de seus próprios corpos. Podemos pensar em muitas formas de expressões destas desigualdades. Um surdo não necessariamente é desigual diante de um ouvinte se ele se apropriar do sentido da escuta de outras formas intersensoriais e simbólicas, mas sim, pode ser considerado diferente. A desigualdade aqui refere-se ao nível de opressão, violências e alienação que os corpos sofrem em diferentes contextos sociais e culturais, o que acaba se expressando na atitude e na sensibilidade dos indivíduos ou na falta delas. Apesar deste desafio, ao investigador ativar a consciência de seu próprio corpo e sentidos, também assume o segundo compromisso: contribuir para a libertação dos sentidos alheios. A intenção e atitude do investigador é capaz de produzir passividade, ou produzir condições para que os sujeitos sintam que estão construindo conhecimento junto com o investigador, a partir de seus corpos e suas capacidades. O investigador, ao provocar práticas participativas e criativas, estimula contextos para que transcrições alternativas possam acontecer. Esta disposição na investigação colabora com a transformação de corpos-vítimas para corpos-resistentes, corpos cujas capacidades e singularidades são valorizadas e ativadas na troca e na produção de

conhecimento. E são esses corpos-resistentes que podem se sentirem capazes de transformar também as condições de seu entorno.

Voltando-se para a questão da escuta, outro ponto que se levanta é sobre o efeito da dominação capitalista pelos meios eletrônicos e tecnologias no dia a dia, que acabam condicionando o fazer dos sentidos e condicionando suas capacidades de apreciação estética. Além disso, a paisagem sonora ruidosa moderna e industrial apresenta desafios ao sobrecarregar a atenção dos indivíduos com certas informações sonoras, bloqueando-lhes outras. Isso contribui também para um quadro de estresse e desatenção generalizada e, naturalmente, à falta de engajamento consciente da escuta nestes espaços de convívio (Cremonez, 2017). Por este e outros motivos, a atitude da escuta precisa ser ativada e desafiada, assim como a dos demais sentidos, a fim de sair da letargia condicionada e empoderar-se de suas possibilidades de percepção e de produção de conhecimento, a partir da integração consciente do corpo sensitivo no processo.

Ecologia acústica

Através de anos de coletas sonoras sistemáticas em vários ecossistemas naturais pelo mundo, desde 1968, com ajuda de espectrogramas aplicados em áudios para análise, o ecologista e músico Bernie Krause constatou que os ambientes naturais têm ficado cada vez mais silenciosos. Krause (2013) descreve observações e escutas em ambientes de suas imersões, com riqueza de sensibilidade, tecendo uma discussão sobre som e preservação. Nele, descreve também como lugares que antes apresentavam uma densidade sonora, refletindo grandes populações de espécies animais e acentuada biodiversidade, anos depois passaram a mostrar uma paisagem sonora bastante reduzida em densidade e diversidade. Esse silenciamento causa um mau pressentimento, gerando indagações sobre as reais condições dos ecossistemas, mesmo os aparentemente bem preservados.

Segundo o biólogo Edward O. Wilson, que fez uma estimativa em 1990, em média 30 mil espécies de animais desaparecem a cada ano (Wilson, 2005 *apud* Krause, 2013). Em *“O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana”* (2002), Wilson refez seus cálculos, imaginando um futuro em que até 2100 metade das espécies animais e vegetais do planeta terá desaparecido, restando alguns fragmentos de ecossistemas privados ou protegidos pelo governo, inacessíveis à população (Wilson, 2002). A razão para isso é, sem dúvida, a perda de habitats representativos.

Somando-se às causas mais conhecidas – que impactam os habitats, Krause (2013) nos apresenta uma valiosa contribuição sobre isso, ao discutir o efeito nocivo do crescimento de ruído humano, atentando para mais esse rastro de uma sociedade inconsciente dos fluxos da natureza. O pesquisador explica que os ruídos produzidos pelo modo de funcionamento da sociedade moderna interferem nas sutis texturas auditivas dos ambientes remanescentes e esta sobreposição negativa tende a sobrecarregar toda rede de comunicação das espécies, as quais dependem dela para reprodução, alimentação e sobrevivência.

Além de interferir no funcionamento da vida selvagem, levando à sobrecarga da rede de comunicações das espécies, os ruídos de atividades humanas também frequentemente levam os animais ao estresse auditivo, o que pode ser frequentemente observado em animais mantidos em cativeiro. Krause (2013) cita um exemplo estarrecedor, quando em 1993 um jato militar deu

um rasante sobre um zoológico sueco em um treinamento de rotina, fazendo com que tigres, lincos e raposas entrassem em pânico. Na tentativa de proteger as 32 crias do barulho intenso e ameaçador, os animais despedaçaram e comeram 23 de seus próprios filhotes, recorrendo ao infanticídio.

O estudo sobre o qual Krause (2013) se debruçou chama-se Ecologia Acústica, também chamado de Ecologia Sonora em pesquisas brasileiras, e foi definido como sendo “o estudo das inter-relações entre som, natureza e sociedade” (Westerkamp, 2002, p. 52, tradução nossa), com a Acústica sendo o estudo do comportamento do som nos diferentes ambientes (Fonterrada, 2004). Krause (2013) classificou os sons ambientes baseado em três origens: *biofonia*, a sonoridade dos organismos vivos; *geofonia*, sonoridades de fontes naturais não biológicas; e *antropofonia*, todo som proveniente da atividade humana.

Em seu livro *A grande orquestra da natureza*, Krause (2013) faz um detalhado paralelo entre a organização dos sons de um ambiente natural com a organização dos sons de uma orquestra. Nessa comparação, cada sinal acústico dos animais tem sua faixa sonora preferencial, contrastando ou se fundindo com outras, da mesma forma que os naipes orquestrais. O autor especula que essa relação se daria originalmente porque o fazer musical surgiu nas sociedades primitivas, a partir da observação da organização sonora da biofonia, nos ambientes naturais. Tratando-se, contudo, da paisagem de uma cidade movimentada, toda gama de ruídos que há nela passa por uma “polifonia de simultaneidades que está perto do ininteligível e do insuportável” (Wisnik, 2017, p. 55), pela quantidade de informações e pela completa instabilidade e indefinição dos sons, dificultando a escuta fazer relações com a música, em um primeiro momento.

A educadora Marisa Trench Fonterrada (2004), em seu livro *Música e meio ambiente: a ecologia sonora*, expõe um breve resgate sobre a importância que o som e a música apresentam para povos em Antropossociedades arcaicas e em sociedades orais contemporâneas, em Antropossociedades civilizadas não ocidentais e Antropossociedades ocidentais. Esta relevância diz respeito à função criadora que se expressa por meio de diversos mitos abordando a origem do mundo pelo som, pronunciado por um deus ou por deuses. E também a uma função simbólica, em que os fenômenos sonoros da natureza são interpretados como vozes divinas. Em ambas as funções expressa-se um senso de pertencimento do ser humano à natureza, percepção esta gerada por um envolvimento integral com seu meio, à medida que a natureza é compreendida como uma força de divindade (Fonterrada, 2004). Na cultura de muitos povos, os sons e a música têm uma ligação ritualística mágica e de atividades da comunidade. São também esteticamente resultados de uma conexão mais estreita com a observação, escuta e interação com a natureza.

Em Antropossociedades civilizadas não ocidentais, documentos escritos deixaram, desde épocas mais antigas, testemunhos tanto da relação do som refletindo a ligação da cultura humana com o meio ambiente e o cosmos, sua relação com tarefas diárias, lazer, celebrações sazonais e guerra, quanto da ligação estreita entre música, geometria e a matemática (Fonterrada, 2004). Já nas Antropossociedades ocidentais a música foi ganhando um forte rigor e controle, refletindo tanto ideologias da Igreja Católica quanto o interesse pela ciência tecnicista. Em seu processo civilizatório ocidental, a música foi perdendo o sentido místico de sua relação mais estreita com o meio ambiente, a palavra passou a ser guiada mais pelo pensamento do que pela imaginação, e os sons elétricos, industriais e urbanos dificilmente seriam reconheci-

dos como vozes divinas, a não ser como alguma divindade malévola pelo seu efeito poluidor (Fonterrada, 2004).

Fonterrada (2004) conclui que em meio a tantas transformações tecnológicas, mudanças industriais e efeitos da globalização no mundo, cujas consequências ambientais locais e globais ainda estamos tentando compreender, é preciso que o ser humano redescubra a consciência sagrada da natureza e de que não está separado de seu meio, mas que faz parte dele.

Paisagem sonora

No final da década de 60 do século 20, o músico e educador R. Murray Schafer estabeleceu na Universidade Simon Fraser, em Vancouver, um grupo de estudos – The World Soundscape Project – voltado para educação e pesquisa sobre “Paisagem Sonora” (*soundscape*). O grupo, constituído de compositores, entre eles Barry Truax e Hildegard Westerkamp, e estudantes, tinha por finalidade documentar as paisagens sonoras, principalmente em Vancouver, mas também em outras cidades no Canadá e na Europa, com a intenção de alertar a população a respeito da poluição sonora e de sua interferência na vida coletiva (Schafer, 2019).

O trabalho era pautado no pressuposto de que o ambiente acústico geral de uma sociedade é também um indicador das condições sociais que o gera, e de quais caminhos ela tende a seguir. Levando isso em conta, a filosofia de Schafer visava a criar um projeto acústico interdisciplinar, envolvendo vários profissionais, para estudar os fenômenos acústicos e sua transformação através da História. Assim, esperava-se contribuir para uma percepção mais aguçada das condições sonoras locais, visando ao bem-estar de suas comunidades (Schafer, 2001), mas também descobrir se seria possível a determinação de princípios do *design* da paisagem sonora, por meio do reconhecimento de algum modelo particular ou recorrente nos locais estudados que levasse a isso (Schafer, 2019).

A ideia de design da paisagem sonora de Schafer baseia-se na concepção de que o universo sonante inteiro pode ser compreendido como uma composição da qual os indivíduos são, ao mesmo tempo, público, compositores e executantes. Assim, a tarefa do *design* de paisagem sonora seria a de melhorar essa orquestração, levando em conta critérios de bem-estar, ecologia e beleza. No entanto, da mesma forma que um compositor estuda antes de escrever suas sinfonias, o design da paisagem sonora também precisa estudar os ambientes acústicos e suas relações, antes de se dedicar a pensar em estratégias de intervenção (Schafer, 2019).

Como resultado de anos de trabalho e de estudo do Projeto Paisagem Sonora Mundial (*The World Soundscape Project*), é publicado o livro “*A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*” (Schafer, 2001). Nele encontramos uma definição bastante ampla de Paisagem Sonora: “O ambiente sonoro. Tecnicamente, qualquer porção do ambiente sonoro vista como um campo de estudos. O termo pode referir-se a ambientes reais ou a construções abstratas, como composições musicais e montagens de fitas, em particular quando consideradas como um ambiente” (Schafer, 2001, p. 366).

O termo *soundscape* já havia surgido academicamente na pesquisa de planejamento urbano do geógrafo norte americano Michael Southworth (1969), cujo objetivo foi investigar características acústicas do centro de Boston, analisar a percepção das pessoas sobre a paisagem

sonora e experimentar técnicas para analisar a paisagem sonora da cidade, abordando possibilidades e importância de pensar os desenhos sonoros das cidades. Algumas outras ideias de Southworth (1969) também foram aprofundadas no trabalho de Schafer.

Antes mesmo da consolidação acadêmica da expressão Paisagem Sonora, no entanto, os ruídos no mundo já eram matéria de interesse por parte de músicos, graças à Revolução Industrial que, entre os séculos 18 e 19, elevou drasticamente a presença de ruídos na vida ocidental, com suas indústrias, máquinas e armamentos. As tecnologias que surgiram posteriormente, no século 20, abriram novas possibilidades para fazer o musical, como experimentos com gravações e edições de ambientes sonoros com fita magnética (gerando um movimento chamado música concreta), e os experimentos com geradores eletrônicos de som (música eletrônica). Outras estéticas mais experimentais surgiram nessa época, afastando-se da estética musical erudita, científica e lógica (Fonterrada, 2004).

O antropólogo e músico Tim Ingold (2015) tece objeções sobre o uso da expressão “paisagem sonora”, pois a concepção de paisagem sugere os sons como um conjunto de objetos estáticos organizados em um mundo externo e distante ao indivíduo. Ingold baseia-se em uma perspectiva mais fenomenológica da consciência, por isso observa que esta forma de se referir e explicar os sons reproduz a visão separatista do pensamento cartesiano. Como um estudioso da percepção na Antropologia, o autor reforça que o processo perceptivo acontece para além de um órgão sensorial específico, ocorre em um todo humano complexo criando suas experiências de mundo. Então, nessa perspectiva, além de nossas percepções não revelarem um mundo real e objetivo fora da consciência, não é possível perceber apenas pelos ouvidos e sons, uma vez que todo aglomerado humano, mente e corpo, está conjugando e significando as informações continuamente. Apesar disso, Ingold (2015) reconhece o valor do trabalho pioneiro de Schafer ao colocar em destaque a investigação do tema, mas sugere visitar concepções epistemológicas pautando-se nos estudos da percepção.

Paisagem sonora de alta fidelidade, de baixa fidelidade e esquizofonia

Em seu livro *A afinação do mundo*, Schafer (2001) apresenta os conceitos *hi-fi* e *lo-fi*. O termo *hi-fi* é usado para caracterizar ambientes naturais em estado de boa preservação, são caracterizados por um tipo de qualidade sonora definida por sua alta fidelidade, ambiente em que é possível ouvir mais sinais sonoros do que ruídos, em que os sons podem ser ouvidos com clareza, identificando-se os detalhes e as orientações espaciais que possam ter. Nesse tipo de ambiente os sons se sobrepõem com menos frequência, possuindo maior organização. E a presença de certo silêncio permite escutar a distância, convidando o ouvinte a uma participação maior e reforçando uma relação positiva entre o indivíduo e o meio ambiente.

A paisagem introduzida pela Revolução Industrial e ampliada pela Revolução Elétrica, contudo, é caracterizada pela sobrecarga de sons e ruídos intencionais e não intencionais; nessa paisagem são poucos os sons que podem emergir com clareza e apreciação na atenção do ouvinte. Esse ambiente é chamado de *lo-fi* (baixa fidelidade).

O ambiente *lo-fi* apresenta uma razão sinal/ruído de, no mínimo, igual proporção ou com uma proporção maior de ruídos. Essa qualidade parece produzir no indivíduo sentimentos de separação com o meio ambiente. A atenção da pessoa é dirigida para dentro de si como forma de fuga do entorno, e a interação com os outros é desencorajada pelo esforço necessário em

romper as barreiras ruidosas que prejudicam a atenção e a comunicação, o que pode resultar em sentimentos de alienação e isolamento (Truax, 1984).

Essencialmente, o ruído seria o som que desorganiza outro, com frequências irregulares e podendo caracterizar-se também por alta intensidade (Wisnik, 2017, p. 35), geralmente trata-se também de um som não intencional, mas consequência de um ato humano.

Para Schafer (2019), o ruído é parte do mundo da mercadoria, sendo fabricado e vendido com um propósito. Por trás desses barulhos industriais e da cidade, referidos por Schafer (2019) como “as vozes da tirania”, há sempre uma instituição que lucra com as dissonâncias que eles causam. É impossível afastar-se do ruído quando ele faz parte da vida social e cultural, eles afetam os ouvintes positivamente ou negativamente, ainda que não se tenha consciência desse efeito.

Enquanto os olhos têm pálpebras que protegem o indivíduo daquilo que ele não quer ver, em relação à escuta o indivíduo só pode contar com o que Schafer chamou de “pálpebras auditivas psicológicas”, isto é, com a capacidade de bloquear psicologicamente a atenção sobre os sons. Este bloqueio, entretanto, gera uma desatenção generalizada ao ambiente sonoro. Para o indivíduo proteger-se da agressão sonora, ele precisa desaprender a escutar e tornar-se insensível (Schafer, 2019 ; Fonterrada, 2004).

Fazendo referência aos sons transmitidos ou reprodução eletrônica no ambiente, Schafer criou o termo “esquizofonia”, que vem do prefixo grego *schizo* (cortar, separar) e da palavra grega *phone* (som/voz). O que caracteriza esses sons é a separação da sua fonte original, algo que foi possível a partir do desenvolvimento de tecnologias eletrônicas e digitais. A abordagem ecológica de Schafer assume uma postura aversiva mais radical à profusão de sons transmitidos por meios eletrônicos nos ambientes coletivos, ele escreve que a esquizofonia é algo perturbador, como uma doença do mundo moderno, e seu remédio é uma atenção consciente aos sons do ambiente (Schafer, 2011).

Nas escolas, o barulho ambiental pode ser tão grande que as crianças reclamam de dores de cabeça frequentemente, apresentando dificuldades de memória e concentração (Fonterrada, 2004). Desde a infância as pessoas são naturalizadas a aceitar o barulho como um aspecto de menor importância na convivência, e não há políticas que levem em conta os efeitos disso na saúde e atenção para a população em geral.

Sons fundamentais, sinais sonoros e marcas sonoras

Southworth (1969) cunhou a expressão “sinais sônicos” para referir-se a sons que se destacam sobre o fundo sonoro urbano, contendo mais informações, provocando sensações e efeitos específicos nas pessoas da cidade. Schafer (2011) desenvolveu esta ideia inicial criando a expressão “marca sonora”. Schafer (2011) classificou os elementos da paisagem sonora em três elementos: *sons fundamentais*, *sinais* e *marcas sonoras*.

Os sons fundamentais são aqueles produzidos por eventos geográficos e naturais do local, fontes de energia, como vento, água, mar e animais. São sons que geralmente são percebidos como plano de fundo, em que os sinais se sobressaltam. Os sinais sonoros são sons intencionais da atividade humana e muitas vezes têm a função de serem ouvidos como alertas, como sinos, apitos, buzinas e sirenes. O impacto emocional de alguns sinais recorrentes em determinados ambientes pode acabar fortalecendo um senso de identidade envolvendo aquilo,

como o sino de igreja, apito de navio e apito de trem. Já a marca sonora refere-se ao som, da natureza ou de atividade humana, que tenha qualidade de singularidade na relação com o local, um som que está em determinado lugar por muito tempo, definindo um caráter essencial da comunidade, que possa ser considerado especial para aquele povo e na relação com o lugar (Schafer, 2019). Para Schafer (2001) as marcas sonoras são importantes porque constituem um aspecto fundamental da paisagem sonora de um lugar. Elas podem ser usadas para criar uma sensação de lugar e para transmitir informações sobre a história, a cultura e as características naturais de um ambiente.

Schafer (2019) defende que ao identificar tais marcas, estas devem ser cultivadas e preservadas, pois representam aspectos da identidade cultural, que podem facilmente se extinguirem ao serem sobrepujadas pelas transformações urbanas, levando a uma desconexão afetiva das pessoas com seu entorno. Assim como há associações que cuidam da preservação de marcos na paisagem, os marcos sonoros deveriam ser levados em conta também.

A abordagem do estudo de Schafer (2011, 2019) com paisagem sonora envolve um engajamento ambiental de base ecológica e educativa, assumindo uma crítica à poluição sonora urbana. A preocupação ambiental inclui o debate sobre os sons que surgiam no processo de urbanização e também os sons que poderiam ser extintos. As marcas sonoras são como âncoras sensoriais que constituem o sentimento de estar em casa; isto é importante em um tempo e condição social em que as mudanças tecnológicas são muito rápidas e podem fazer com que as pessoas se sintam como refugiadas (Schafer, 2014).

Disposições da escuta

Barry Truax (1994) avalia a escuta pela lógica de figura-fundo, estabelecendo três formas básicas no exercício da escuta que orientam a *soundscape composition* e que são comuns a todos os ouvintes: a “escuta-que-procura”, um tipo de escuta seletiva, que envolve a capacidade de procurar focos de atenção excluindo outros e a “escuta-em-prontidão”, um tipo intermediário, em que estamos conscientes da paisagem ao redor, mas estamos direcionando a atenção em outro interesse. Nesta segunda forma, determinados sons não ocupam nossa atenção, porque as informações não são relevantes, no entanto são familiares e podemos acessá-los com nossa atenção focal a qualquer momento. Essa prontidão de escuta, contudo, depende de uma paisagem sonora favorável para que seja eficaz. A relação sinal-ruído de um ambiente definirá o quão favorável é esse ambiente. Quando a presença de ruídos é igual ou maior que de sinais identificáveis, razão essa que caracteriza o ambiente *lo-fi*, a capacidade de identificar sons em uma escuta-de-leitura fica comprometida. Além das duas mencionadas, um terceiro tipo de escuta foi chamado de “escuta de fundo”, na qual prestamos menos atenção no ambiente sonoro, mas ainda é possível relatar ter ouvido algo específico se nos for perguntado.

Schafer (2019) destaca que nenhum som é ouvido do mesmo jeito mais de uma vez, ainda que as vibrações físicas e as condições do meio sejam iguais, as atitudes de escuta em relação a elas estão continuamente mudando. Para Truax (1994), o ambiente *lo-fi* destrói a base fundamental que permite a comunicação acústica eficaz. Estas são apenas algumas classificações iniciais cunhadas para explorar o exercício da escuta e reconhecimento da dimensão sonora dos ambientes.

Ao longo de seus experimentos aprofundando a escuta de seus alunos, Schafer (2014) elaborou uma série de orientações de escuta que chamou de exercícios de “limpeza de ouvidos”, nos quais os alunos de música também trabalhavam com sons, começando a criar modelos de paisagens sonoras, seguindo o objetivo do autor em formar pessoas capazes de serem *designers* de paisagem sonora. Alguns exemplos do que poderiam ser exercícios de Limpeza de Ouvidos, segundo Schafer (2019): (i) Encontre um som surdo grave seguido por um som agudo; (ii) tente contar uma história bem conhecida somente com sons, sem usar palavras; (iii) traga para a classe um som zumbido, um som tilintante, um som batido, um som arranhado; (iv) mantenha quatro sons soando por dois minutos.

O exercício final do curso básico de Schafer (2019), em paisagem sonora, era: “Escolha um som. Faça qualquer coisa que quiser com ele por cinco minutos, mas não me deixe entediado”. Com a intenção de criar bases para uma cultura de sensibilização dos ouvidos, Murray Schafer explorou amplamente propostas de educação musical e paisagem sonora com seu livro *O Ouvido Pensante* (2011) que, por sua vez, abre naturalmente uma gama de possibilidades para articulação de conhecimentos interdisciplinares.

A escuta e a abordagem territorial do desenvolvimento

O surgimento do estudo sobre a dimensão sonora ambiental já vem, na sua raiz, impregnado de interdisciplinaridade. Desde então esse tema só vem crescendo, ganhando profundidade em lugares diversos e se multifacetando cada vez mais, a partir de pesquisas em múltiplas áreas do conhecimento.

Pesquisas em Ecologia Acústica descrevem a importância ecológica da qualidade sonora de um ambiente, introduzindo uma abordagem inovadora para análises sobre o estado de ambientes naturais e sua biodiversidade. A captação da sonoridade e sua análise representam uma ferramenta confiável para revelar o equilíbrio de um ambiente natural, pois registra aspectos da vida animal que ferramentas como fotografias e imagens de satélites, usadas para acompanhamento de desmatamentos, não detectam. No Brasil, a inclusão de análises sobre os ambientes sonoros de ecossistemas tem sido gradativamente ampliada em estudos da Biologia e Ecologia, por meio de grupos de pesquisas interdisciplinares sobre a dimensão sonora do ambiente. Estes grupos já existem em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Bahia (Zorzette, 2019).

Além da análise de aspectos sobre espécies, populações e relações em um ecossistema natural, a investigação da dimensão sonora pode servir a outros propósitos diversos, tais como: investigar a relação entre os sons humanos e não humanos de um território; compreender os efeitos de sons ambientais na saúde e bem-estar dos indivíduos; reconhecer saberes e afetos conectados a elementos sonoros do território; investigar elementos territoriais identitários e modos de percepções de indivíduos ou comunidades por meio da exploração da escuta, da fala, das memórias e afetos associados aos sons; bem como pode servir a múltiplas possibilidades educativas de sensibilização e de criações artísticas. Aplicações como estas podem produzir conhecimentos e experiências nas dimensões cultural, social, natural e humana/intelectual (Dallabrida, 2022) de um território. O tema é investigado cada vez mais em diversas áreas, como: geografia, tecnologia, engenharia, arquitetura, antropologia, ecologia, comunicação, saúde, educação artística, educação ambiental, criação artística, entre outras. É um foco recente

de pesquisa no campo do Desenvolvimento Territorial Sustentável, que vem despontando em várias frentes, contendo muitos vislumbres de conexões interdisciplinares e de experimentações práticas para ampliação.

Ao conceber instrumentos de pesquisa para reconhecimento e análise de aspectos territoriais, levando em conta uma perspectiva decolonial, é necessário ir além dos meios mais extrativistas de coleta e análise de dados. A nova abordagem fundamentada na escuta cuidadosa afetiva, pautada nos princípios da ecologia acústica proposta neste texto, pode tornar-se um complemento estruturante de modelos e métodos de análises e avaliações territoriais, fortalecendo os indicadores qualitativos, sensoriais, afetivos, educadores, paisagísticos e espirituais, imprescindíveis ao olhar sistêmico e integrador da Abordagem Territorial do Desenvolvimento.

O pesquisador precisa ser o que Santos (2019) chamou de investigador pós-abissal, aquele que tem sua escuta aberta e que trabalha para a libertação dos sentidos no seu processo de investigação. Tanto o investigador quanto o sujeito ator de um território produzem conhecimento com seus corpos, seus fazeres, suas escutas, visões e experimentações. O território, por sua vez, não é algo fixo, mas existe a partir do sujeito, se constitui nas suas relações e transforma-se continuamente em uma via de mão dupla com as transformações dos indivíduos. Esta não é uma ideia de um *território dado*, mas de um *território construído* (Pecqueur, 2005).

O território também é uma resultante de engajamentos práticos e perceptivos (Pereira, 2022). Os pescadores e coletores de caranguejos, por exemplo, guiam-se e extraem informações também por sons do mangue, como Pereira (2022) descreve em sua pesquisa etnográfica. Os sons e experiências sensoriais constituem seus saberes, fazeres e noção de território, conforme o autor conclui:

Barulhos, portanto, ao serem pensados na perspectiva do território, apontam para os viventes (humanos ou não) presentes nos arredores. É nesse sentido que os barulhos emitidos por pequenos primatas, aves, crustáceos e até pela própria maré são aqui entendidos como expressão de vidas e processos vitais pulsantes no território. Os sons ouvidos por mim e Querido [o pescador] no mangue são indícios de uma vida compartilhada com outros (Pereira, 2022, p. 159).

Categorias como antropofonia, biofonia e geofonia visam a orientar análises dos sons tendo em conta suas fontes sonoras e o que elas podem apontar sobre o contexto social, cultural e ambiental que constituem. O que pode indicar um contexto no qual os moradores já não escutam mais o canto de determinado pássaro? Ou um em que os ruídos antropofônicos cresceram tanto que eclipsaram as informações sônicas mais sutis do ambiente?

Além disso, há sons que podem ser marcas sonoras, como Schafer (2011) definiu: sons característicos de um determinado contexto e local, intimamente ligados à rotina das pessoas que nele vivem, relacionados com sua história, espiritualidade e modos de vida. Sons, assim como paisagens, comidas e outras experiências sensoriais, podem ser parte da diversidade de patrimônios territoriais que, se não forem cuidados, podem facilmente desaparecer, sobrepuidos por um desenvolvimento homogeneizante.

Por lidar com a experiência humana sensorial, perceptiva, afetiva e reflexiva, tal temática aciona diálogos sobre a relação do corpo nas experiências de pertencimento, levantando questionamentos e servindo a reconhecimentos de aspectos territoriais. Trata-se de uma produção de conhecimento que busca levar em conta o todo humano nas experiências, fomentando bases

para transformações na forma de se relacionar consigo, com o outro e com o meio, de forma que apresenta potenciais contribuições para uma abordagem territorial do desenvolvimento territorial sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das qualidades de cada sentido físico possibilita trazer atenção para ativá-los em suas potências de produção de conhecimentos. Colocar em foco a escuta não significa reduzir e explicar o mundo pelos sons ou pela ausência deles, mas apontar as possibilidades de se integrar conscientemente tal sentido nas experiências territoriais, incluindo novas possibilidades de apreciações estéticas. Na prática, perceber o que acontece em um todo, mediante uma interação simultânea dos sentidos, de forma intersensorial, ainda que estes se encontrem condicionados a uma pequena parcela de seu poder.

Construir caminhos para uma abordagem territorial para o desenvolvimento sustentável parece exigir algo que frequentemente costuma ser relegado a segundo plano: criatividade. Pensar em território, em desenvolvimento e em sustentabilidade é pensar no ser humano e na sua forma de se relacionar consigo, com o outro humano e não humano. Tais relações são delineadas em variados contextos, iluminadas por uma diversidade de vieses culturais e sociais. E, apesar disso, são possibilitadas pela experiência primordial de ter um corpo, um corpo sensorial que engloba a consciência de si e do mundo que o cerca. Esta vivência corporificada é criativa. Por meio dela, cria-se e recria-se a existência. A criatividade a que me refiro, portanto, não acontece intelectualmente, mas corporalmente: corpo-mente. Um corpo de emoções, de memórias, dores, prazeres, sensações e capacidades. Um corpo que não costuma ser coeso e coerente, mas múltiplo, dissonante e desencontrado. Dar atenção a essa realidade tão essencial na produção de conhecimento é estimular o reencontro sensível do ser humano consigo mesmo e com o planeta em que habita. A busca pela sustentabilidade e bem-estar humano, mais do que depender apenas da razão, está estreitamente ligada ao afeto e à sensibilidade, ao que nos faz humanos capazes de cuidar uns dos outros. Por isso, é preciso investir nas bases para uma ciência e projetos que considerem isso em suas metodologias e ações.

Os efeitos de se separar corpo e mente, descartando um e valorizando outro no envolvimento com o conhecer, parecem ser desastrosos. Esquecer-se da potência que é a participação direta dos sentidos, sensações e sentimentos em perceber, experienciar e conhecer é falhar em estender-se ativamente para o mundo, colocando em risco a capacidade de senti-lo com amplitude e de conectar-se com o outro. Perde-se em potência criativa, em bem-estar e em possibilidades de encarar transformações necessárias para a sustentabilidade humana e ecológica.

Esperamos que esta introdução a um referencial teórico que discute leitura da realidade com enfoque no universo sonoro possa contribuir para a concepção de novas ferramentas de diagnóstico e intervenção em territórios. Além disso, a reflexão sobre a escuta funciona não apenas para prestar atenção ao que aprendemos com os sons e a fala do outro, mas como uma metáfora para escutarmos os aspectos da vida que possamos estar negligenciando continuamente: escutar os sentidos, o corpo e os sentimentos. O desafio do pesquisador que quer desenvolver a escuta (não a técnica apenas, mas a profunda) passa por aprender a colocar de lado seus objetivos e preceitos ruidosos, para estar em silêncio, e então reconectar-se com a

amplidão da própria consciência que se experimenta através do mundo. Só então será capaz de escutar o outro também.

REFERÊNCIAS

- CREMONEZ, B. H. *Percepção e tecnologia: a escuta em interação com os dispositivos tecnológicos*. 2017. 76 p. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8780>. Acesso em: 25 set. 2022.
- DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Tatuapé, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022. DOI 10.54399/rbgdr.v18i1.6596. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6596>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020. DOI 10.21527/2237-6453.2020.52.12-32. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- FONTERRADA, M. T. de O. *Música e meio ambiente: a ecologia sonora*. São Paulo: Irmãos Vitale, 2004.
- HERMANN, N. *Ética e estética: a relação quase esquecida*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KRAUSE, B. *A grande orquestra da natureza: descobrindo as origens da música no mundo selvagem*. Tradução Ivan W. Kuck. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto R. de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PADUA, L. C. T. *A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013. DOI 10.11606/T.8.2013.tde-09122013-114313. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09122013-114313/pt-br.php>. Acesso em: 21 set. 2024.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005. DOI 10.37370/raizes.2005.v24.243. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em: 10 set. 2024.
- PEREIRA, L. C. Ouvindo no mangue: território e vida a partir dos sons. *Ruris*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 140-166. 2022.
- RISSO, L. C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 309-319, jul./dez. 2014.
- SANTOS, B. S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Edição Kindle.
- SCHAFER, M. R. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. Tradução Marisa Fonterrada. São Paulo: Unesp, 2001.
- SCHAFER, M. R. *As vozes da tirania: templos de silêncio*. Tradução Marisa Fonterrada. São Paulo: Unesp, 2019. Edição Kindle.
- SCHAFER, M. R. *O ouvido pensante*. Tradução Marisa Fonterrada et al. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- SOUTHWORTH, M. The sonic environment of cities. *Environment and Behavior*, v. 1, n. 1, p. 49-70. 1969.
- TORRES, M. Os sons da paisagem: entre conceitos, contextos e composições. *Geograficidade*, Niterói, v. 8, número especial, p. 141-154. 2018.
- TRUAX, B. *Acoustic communication*. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1984. Disponível em: https://monoskop.org/images/1/13/Truax_Barry_Acoustic_Communication.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7471096/mod_resource/content/1/TUAN%2C%20Yi-Fu.%20Topofilia.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983. Disponível em: <https://fundacc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Espaco-e-lugar-a-perspectiva-da-experiencia-YI-FU-TUAN.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

WESTERKAMP, H. Linking soundscape composition and acoustic ecology. *Organised Sound*, Cambridge, v. 7, n.1, p. 51-56, 2002. Disponível em: https://www.sfu.ca/sonic-studio-webdav/WSP_Doc/Articles/Westerkamp-Linking.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

WILSON, E. O. *O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana*. Tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WISNIK, J. M. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZORZETTE, R. Tons e ritmos da natureza: pesquisadores de área nascente da ecologia começam a usar o som para caracterizar ecossistemas e diferenciar as alterações típicas de cada ambiente das causadas pela intervenção humana. In: *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, 16 maio 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/tons-e-ritmos-da-natureza/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Autora correspondente:

Carolina Bee Araujo

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Setor Litoral, Rua Jaguariaíva, 512, Matinhos/PR, Brasil. CEP 83260-000

carolbee91@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

